



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO SUPERIOR

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3557-7500 – ramal 2002/2004

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Superior do Ifes

25 de abril de 2016

No dia vinte de cinco de abril de dois mil e dezesseis, reuniu-se o Conselho Superior do Instituto Federal do Espírito Santo, às 14 horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob a presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: do Colégio de Dirigentes, os senhores Luiz Braz Galon, Hermes Vazzoler Junior, Aloísio Carnielli e Lodovico Ortlieb Faria; do Corpo Discente, a senhora Lorena Rafaela da Rocha Alcântara e os senhores Guilherme Gomes Viza Júnior e Kaique de Oliveira; do Corpo Docente, os senhores Rodrigo Paste Ferreira e Marcelo Moreira da Silva; do Corpo Técnico-administrativo, a senhora Karilyn Ian Blyth Garcia Abreu e os senhores Rômulo Matos de Moraes, Sidicley Ferreira de Cerqueira e Mauro Lúcio de Britto Lacerda; da Secretaria da Educação, o senhor Eduardo Malini; da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho, senhora Alacir Ramos Silva; dos Atecnólogos, senhor Dario Antônio de Almeida; da Federação da Agricultura do Espírito Santo, sr. Nilton Falcão; do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Espírito Santo, senhora Aivete Taquete. Justificaram a ausência as senhoras Mônica Guimarães Ventorim, Kamila Mascarenhas e Alcione de Souza e os senhores Franco Machado, Anderson Mathias Holtz, Rogério do Nascimento e Weverton Pereira do Sacramento. O Presidente abre a reunião e faz leitura da minuta da pauta, com os seguintes pontos: **1. Informes; 2. Aprovação da Ata da 43ª. Reunião Ordinária de 14/03/2016; 3. Aprovação do Relatório de Gestão de 2015 que será apresentado aos órgãos de controle; 4. Aprovação do Ato de Homologação Provisória nº 3/2016 que Regula a Concessão de Bolsas de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Intercâmbio no âmbito do Ifes; 5. Aprovação transição do Educimat ao Cefor; 6. Aprovação de minuta que normatiza procedimentos para análise de recursos de PAD – Processo Administrativo Disciplinar.** O Presidente destaca que a pauta é menor do que o habitual e pede autorização para alterar a ordem dos itens. Diante da anuência dos conselheiros o Presidente abre o **item 2** e o Conselho Superior, por unanimidade, aprova a ata da 43ª. Reunião Ordinária de 14/03/2016. O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para a servidora Lorena Lucena, responsável pela elaboração do relatório de gestão 2015. A servidora destaca que o relatório é peça importante que será apresentada ao TCU para aprovação e depois, disponibilizado à sociedade. Inicia a apresentação destacando os itens do relatório, que se organizam em: apresentação, visão geral da unidade, planejamento organizacional e desempenhos orçamentário e operacional, informações sobre governança, informações sobre relacionamento com a sociedade, desempenho financeiro e informações contábeis, áreas especiais da gestão. Destaca que a apresentação se divide em duas partes, a primeira, cujo tópico principal é a visão geral da unidade com os seguintes subtópicos: finalidade, normas e regulamento, ambiente de atuação, organograma e macroprocessos finalísticos. A segunda apresenta o planejamento e orçamento, com destaque para as ações de 2015 e as projeções para 2016, ressaltando que, a partir da aprovação do

TCU, as ações previstas para 2016 serão monitoradas. Apresenta as ações e projetos que estão sendo desenvolvidas no âmbito da reitoria, identifica as despesas por meio da análise orçamentária e do desempenho da execução da PPA e LOA, ressaltando o objetivo da ação e seu alinhamento ao PPA. Expõe o quadro de indicadores que foram elaborados em conjunto com a Setec, explicando que a elaboração destes é originária de em acórdão do TCU. Enfatiza que os dados foram extraídos do Sistec e que se referem aos indicadores dos últimos cinco anos, destacando que a partir de uma definição temporal foi possível realizar uma análise comparativa. Relata que as informações dos campi foram obtidas pela coleta de dados dos setores de registro acadêmico e/ou assistência estudantil de cada campus. Apresenta a estruturação da governança no Instituto Federal do Espírito Santo, destacando os principais órgãos que compõem essa estrutura. Explicita as ações e meios que promovem o relacionamento do Ifes com a sociedade, dentre os quais, destaca os canais de acesso ao cidadão, a carta de serviço ao cidadão, as medidas para garantir acessibilidade aos produtos, serviços e instalações. Apresenta o desempenho financeiro e as informações contábeis, isto é, demonstrações contábeis e análise sucinta do desempenho financeiro, bem como o indicador financeiro que é a análise de custos por aluno. Expõe um quadro que destaca as áreas especiais da gestão as quais incluem os seguintes subitens: de pessoas, de patrimônio e infraestrutura, de tecnologia da informação, de ambiente e sustentabilidade. Relata a situação das obras ligadas à atividade-fim, esclarecendo que os dados foram extraídos do Simec. Do tópico Conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle, destaca as recomendações do TCU e dos órgãos de controle interno, destacando que as declarações de conformidade da contabilidade e do contador. Ao ser questionada pelo conselheiro Aloísio Carnielli, a servidora Lorena responde que a solicitação do TCU corresponde somente as obras iniciadas em 2015, no entanto, o Ifes foi além e também relacionou aquelas em execução em 2015. O Presidente parabeniza a Prodi, a Diretoria de Planejamento pelo trabalho realizado, agradecendo a servidora Lorena pela apresentação. Relata que a parte mais difícil na elaboração de um relatório de gestão é a coleta de informações, uma vez que os sistemas institucionais ainda são incapazes de fornecer todos os dados necessários, destacando o esforço dos campi no trabalho de coleta e envio das informações. O Pró-reitor Ademar enfatiza que o trabalho realizado pela Prodi, basicamente, se resume à sistematização das informações disponibilizadas, por isso, destaca e parabeniza o trabalho institucional realizado que proporcionou a elaboração do relatório, enfatizando que o documento não deve ser apenas uma peça para cumprir uma exigência legal mas sim, uma ferramenta de gestão. O Conselho Superior, por unanimidade, aprova o relatório de Gestão de 2015 que será apresentado aos órgãos de controle. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para o professor Tadeu Pissinati que cumprimenta os presentes e relata que a definição do marco legal de ciência e inovação foi fundamental para se elaborar um regulamento, em caráter de urgência, que pudesse atender as atuais necessidades de bolsas da instituição. Relata que o Ifes possui resolução que regulamenta alguns tipos de bolsa, no entanto, vide o crescimento da instituição, foi necessário elaborar uma proposta que contempla-se outras modalidades, dentre elas, bolsa para professor que atua como coordenador de projeto, enfatizando que essa questão sempre foi conflituosa por não haver uma diretriz por parte do governo. Relata que o texto em questão compreende a situação descrita acima bem como outros casos emergenciais, explicitando-os. Informa que atualmente, há recebimento de bolsas, sem a devida regulamentação, explicitando que, independente da bolsa ser concedida pela fundação, esta deve seguir o regulamento do Ifes. Justifica que tal atitude foi necessária, uma vez que os projetos institucionais precisavam ser colocados em prática. Exemplifica a aprovação do polo Embrapii Ifes, em dezembro, do qual se originou 6 convênios que disponibilizaram bolsas a pesquisadores e alunos, mas que, infelizmente, o pagamento estava sendo executado sem a devida regulamentação. Informa que foi

encarregado de escrever uma regulamentação de bolsas que por ter sido finalizada no período entre reuniões do Conselho Superior, foi publicizada como Ad Referendum, para que ser posteriormente fosse aprovada pelo Conselho Superior. Enfatiza que será possível o pagamento de bolsas com valores superiores aqueles estipulados pelo CNQP, desde os recursos sejam originários da iniciativa privada. Descreve os trâmites institucionais e entre outras instituições de ensino bem como as diversas consultas que foram realizadas com o intuito de elaborar o texto, destacando a importante colaboração da Procuradoria, da Proex e da PRPPG. Ressalta a ação do procurador do IFAM que proferiu parecer favorável ao pagamento de bolsas aos técnico-administrativos em projetos institucionais. Relata que o texto já foi encaminhado aos conselheiros, desta forma, não é necessário uma nova leitura, colocando-se à disposição para os devidos esclarecimentos. A conselheira Alacir parabeniza o professor Tadeu pelo trabalho realizado, destacando que o texto contempla todas as modalidades de bolsa. Ressalta que, no passado, não havia uma regulamentação com essa abrangência, expondo os problemas enfrentados, e que, a partir dessa resolução muitos entraves serão solucionados. Por fim, parabeniza o professor Tadeu por desmitificar a impossibilidade de recebimento de bolsas por parte dos servidores técnico-administrativos. O Conselho Superior, por unanimidade, aprova o Ato de Homologação Provisória nº 3/2016 que Regula a Concessão de Bolsas de Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Intercâmbio no âmbito do Ifes. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para a diretora do Cefor, professora Vanessa Battestin, que relata que Cefor iniciou sua trajetória institucional como CEAD, com o objetivo de trabalhar a educação à distância, destacando a evolução e aumento dos cursos oferecidos e ressalta a oferta de pós-graduação lato sensu. Relata que em 2006, os professores não possuíam formação para educação à distância, e que após capacitação do corpo docente, esses profissionais iniciaram a capacitação de outros professores, tutores, etc. Informa que em 2008, o grupo passou a trabalhar com formação de professores, e dentre os cursos ofertados, estava o Mestrado de Ciências e Matemática – Educimat do campus Vitória, ressaltando que a partir de 2013/2014 houve uma maior interação entre o CEAD e o Educimat e depois de muitas reuniões, foi criado o Cefor e decidido que o Educimat seria ofertado por esse centro. Destaca que naquele momento não havia a possibilidade de concretizar a transferência uma vez que o Cefor estava localizado em um prédio administrativo do campus Serra, revelando o acordo de que, tão logo o Cefor tivesse instalações próprias que comportassem o Educimat, seria celebrada a transferência definitiva. Relata que ano passado o Cefor se mudou para o bairro Jucutuquara, próximo ao campus Vitória, e que apesar de continuar com o foco na educação a distância, já está oferecendo cursos presenciais e que o Educimat será um deles. Revela que o último edital já especificou o Cefor como unidade ofertante do Educimat, destacando que as aulas iniciam em agosto. Detalha os cursos que atualmente são oferecidos pelo Cefor, destacando que metade de seu corpo docente leciona no Educimat. Revela a submissão de uma proposta de doutorado à Capes e que, caso seja aprovado, voltará ao Conselho Superior para solicitar a transferência para o Cefor. O Presidente explica que na autorização de curso do Conselho Superior, consta o campus ofertante, por isso, no caso de transferência de ofertante, é necessário a autorização do Conselho Superior. O Presidente informa a situação crítica pela qual está passando a educação a distância nacional, em contrapartida, a situação do Etec ainda é confortável, destacando o compromisso ministro em reverter a situação da educação a distância. Relata que a educação a distância é irreversível e que se deve ampliar sua oferta, destacando as múltiplas possibilidades de avanço, em especial os cursos Moc. Enfatiza a necessidade de se institucionalizar a educação a distância, ressaltando que, infelizmente, somente 4 ou 5 institutos federais, sendo o Ifes um deles, concentra ações na educação a distância. Revela que o Ifes está pleiteando a oferta de uma mestrado profissional em rede nacional, explicitando que essa é uma proposta do Conif que escolheu o Ifes e, conseqüentemente, o Cefor como ofertante. O

Conselho Superior, sem ressalvas, aprova a transferência do Educimat ao Cefor. O Presidente abre o **item 6** e relata que, na última reunião do Conselho Superior, foi divulgada uma proposta de fluxo processual que tinha vício, identificado pelo conselho Hermes, pelo qual o processo poderia ser tornar interminável, justificando que, por isso, foi elaborado um novo fluxo processual. Destaca que o novo fluxograma corrige esse problema e reafirma o poder decisório do Conselho Superior, enfatizando que, pela primeira proposta, havia a possibilidade de perda de prazo e, conseqüente, prescrição de uma possível penalidade. Ressalta que a nova proposta, isto é, uma proposta de resolução e um fluxograma, determina a designação de um relator que fará uma apresentação de seu relatório e posterior voto, fato que auxiliará o Conselho Superior em seu julgamento. O conselheiro Marcelo questiona se a cada contestação da peça jurídica, haverá a designação de um novo relator. A assessora Roberta, chefe da assessoria jurídica, responde que o relator será escolhido pelo Presidente a partir de uma lista tríplice indicada pelo Conselho Superior, e que esse procedimento é somente para instruir o Conselho Superior, não se caracterizando como um novo PAD, pois só vai analisar o que já foi feito no PAD. Detalha a proposta de resolução e exemplifica o fluxograma, enfatizando que o Relator não vai ter acesso ao servidor ou a testemunha, e caso necessite, consultará a comissão de PAD, destacando o trabalho da assessoria processual no auxílio ao relator. A conselheira Alacir faz menção da última reunião de recursos de PAD, destacando que a comissão, designada pelo Conselho Superior, fez novo parecer. O conselheiro Carnielli destaca que naquele caso, não havia outra opção a não ser fundamentar a decisão do Conselho Superior. A assessora Roberta destaca que o Conselho Superior precisa de uma fundamentação legal para suas decisões, e que, nesse sentido, o relator traria maior segurança, uma vez que, ele analisará o processo. O conselheiro Dario destaca que na última reunião dessa natureza, a descaracterização da penalidade imposta pelo Reitor foi vitoriosa na votação entre os conselheiros, assim, decidiu-se criar uma comissão para refazer o relatório, ou seja, fundamentar a decisão, questionando se haverá votação. A assessora responde que haverá sim, uma vez que a decisão ficará sob a responsabilidade do Conselho Superior e não do relator, detalhando a atuação deste. O conselheiro Marcelo relata que o artigo 3º. descreve alguns impedimentos por parte do relator, questionando se há algum para a participação de conselheiro. A assessora responde que não há impedimento uma vez que cada conselheiro tem a mesma importância. O conselheiro Dario questiona a diferença entre o procedimento adotado ano passado e essa proposta de resolução e de fluxograma. O conselheiro Carnielli responde que a diferença é que o Conselho Superior votava sem qualquer parecer, diferentemente da atual proposta, que determina o parecer do relator. O conselheiro Rodrigo relata que não consta no documento uma carga horária a ser dedicada a relatoria, justificando que isso é imprescindível para que haja um respaldo no deslocamento do servidor do campus, dentre outras atividades necessárias para a elaboração de um parecer. O conselheiro Carnielli sugere a aprovação da proposta e que a carga horária seja definida na ata da reunião de escolha do relator. O Conselho Superior aprova por unanimidade, a proposta de minuta que normatiza procedimentos para análise de recursos de PAD – Processo Administrativo Disciplinar, determinando o acréscimo de texto pelo qual o Conselho Superior definirá a carga horária do relator. O Presidente abre o **item 1** e relata a celebração de convênio com a Prefeitura de Vitória que permitirá o uso do prédio da Fábrica de Ideias, destacando que houve uma frustrada tentativa de convênio com a gestão municipal anterior que foi responsável pela reforma do imóvel, construindo um prédio de estrutura metálica com 11.000 m² somente de área construída. Acrescenta que desde o início da gestão do prefeito Luciano, reiniciou a negociação do espaço e que, finalmente, houve um acordo que determina que o Ifes ofereça também atividades de economia mista e empreendedorismo, ressaltando que essas atividades interessam ao Ifes. Relata que, pelo acordo, o prédio também abrigará ações e órgãos municipais que estarão sob a supervisão do Ifes,

dentre os quais, dois museus, além dos projetos do Ifes e da própria Reitoria. Relata que o prédio está inacabado, necessitando de algumas intervenções, dentre elas, destaca a necessidade de divisão do espaço, fornecimento de luzes, instalação de cabeamento de distribuição interna, acrescentando que há 2 elevadores e a previsão de instalação de mais 3, e a instalação de equipamentos de ar-condicionado. Revela a intenção de que, em algum momento do ano que vem, o Ifes já esteja utilizando o prédio, destacando que nele se concentrará todo tipo de ação institucional, e acrescenta que a cessão é de um período de 20 anos, podendo ser prorrogado por mais 20 anos. O Presidente relata que a viagem com destino a Chicago-EUA, para participar de reunião com dirigentes da WFCP com intuito de validar a programação do WFCP World Congress que ocorrerá em 2016, na cidade de Vitória-ES, foi muito trabalhosa, mas igualmente proveitosa, destacando a aprovação das ações e planejamento propostos pelo Ifes, ressaltando que essas ações serão apresentadas ao Conselho Superior. O Presidente informa que o campus Cariacica tem uma excelente infraestrutura para a realização de reuniões, solicitando autorização para que a próxima reunião do conselho seja realizada naquele campus. O Conselho Superior, por unanimidade, autoriza a realização da próxima reunião do Conselho Superior, no campus Cariacica. O Presidente informa que o processo para a composição do colégio eleitoral está em curso, ressaltando o surgimento de algum contratempo que impossibilite o prosseguimento do cronograma, desta forma, solicita a prorrogação do mandato dos docentes, técnico-administrativos e dirigentes. O Conselho Superior, por unanimidade, autoriza a prorrogação do mandato dos representantes dos segmentos Docentes, Técnico-administrativos e Dirigentes no Conselho Superior por 30 (trinta) dias ou até o resultado das eleições (docentes – técnico-administrativos) e indicação do Colégio de Dirigentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.